Aprovada por unanimidade em 25 Setembro 2026

----------ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA---------
----------Mandato 2025-2029----------
----------SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZOITO ----------
----------DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS----------
----------ATA NÚMERO SEIS----------

Aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, no Auditório Francisco Crista no edifício da Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, em cumprimento da respetiva convocatória, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor João Paulo da Silva Neto (PSD), coadjuvado pela Senhora Deputada Sofia da Conceição Correia do Mar (PSD) como 1ª secretária em substituição. ----------

Assinaram a "**Lista de Presenças**", para além dos mencionados da Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados: ----------

Pelo PSD: Pedro Filipe da Silva Fernandes, Flávia Margarida Remelgado Freitas, Bruno Miguel Nunes Vilas Boas e José António Rodrigues Ferreira Pinto. ----------

Pelo PS: Maria Elisa Lapa Correia Duarte, Margarida Maria Gomes Ferreira e Bruna Fátima Monteiro Rodrigues. ----------

Pelo Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Eduardo José Moreira de Matos, a Secretária, Diana Cristina Pereira Gomes e Silva Guimarães e o Tesoureiro, António Francisco da Silva Marques. ----------

Às vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito boa noite a todos os presentes. Sejam muito bem-vindos a esta sessão ordinária da nossa Assembleia, de 18 de junho de 2026, são 21h e 6m e declaro aberta a sessão. Queria, antes de mais, agradecer a presença do público, dos Senhores e Senhoras Deputadas e dos membros do Executivo. Quero dar nota dos seguintes pedidos de suspensão por 15 dias e respetivas substituições. Pelo PSD, a Senhora Deputada Ana João Machado de Brito pediu suspensão e foi substituída pelo Senhor Deputado José António Pinto. Em virtude desta suspensão temporária do mandato pela Senhora 1.ª Secretária, Ana João Machado de Brito, assumiu o exercício das funções de 1.ª Secretária da Mesa a Senhora 2.ª Secretária, Sofia da Conceição Correia do Mar. Para completar a Mesa, convido o Senhor Deputado José António Pinto, para exercer, em substituição, as funções de 2.º Secretário, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Regimento. Pelo PS, o Senhor Deputado Francisco da Silva Moreira pediu suspensão e foi substituído pela Senhora Deputada Bruna Fátima Monteiro Rodrigues. De seguida damos então início ao **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, Intervenção do Público**. Pergunto se há alguém do público aqui presente que queira usar da palavra? Inscreveram-se então os seguintes cidadãos: Senhora Ana Cristina Santos, Senhora Bárbara Baptista, Senhora Maria de Lurdes Remelgado e Senhor Fernando Ferreira. Então, mais ninguém quer usar da palavra? Muito bem. Senhora Cristina Santos, por favor. ----------

A Senhora **Ana Cristina Santos**, presente no público, interveio nos seguintes termos: Boa noite. A nossa palavra é dirigida ao Presidente, Eduardo. Nós, como intervenientes na festa para trabalhar, e porque nos tem sido esclarecido que tem a ver com a Câmara, tem a ver com a PSP, precisávamos de perceber o porquê de não fazermos São João na Rua da Praia? Se for possível dar-me uma resposta concisa ou ajudar-nos a resolver o problema para nós melhor. Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Chamo a Senhora Bárbara Batista. Então a Senhora Bárbara Baptista prescinde do uso da palavra, é isso? Então, chamo a Senhora Lurdes Remelgado. ----------

A Senhora **Maria de Lurdes Remelgado** presente no público, interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos, ao Senhor Presidente. É o meu descontentamento de ter 72 anos, nunca vi na minha vida não haver São João na nossa freguesia. E se não há São João, porque é que vão fazer ao lado do Armazém do Peixe uma festa? Também vai haver bebida, vai haver tudo. Não percebo, queria entender, estou muito triste e queria pedir ao Presidente se sabe explicar o que é que se está a passar. Ainda saiu um membro da Comissão, um membro que pode não ter nada a ver, não sei, olha, já me deu explicação, mas eu queria pegar no fio da meada, não consigo. E é isso que eu gostava de saber. Porque é que a nossa Afurada foi sempre tão rica no São João, tão maravilhosa e agora é maior vergonha? Há coisas que me envergonham. Boa noite. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado Senhora Lurdes. Senhor Fernando Ferreira, faça favor. ----------

A intervenção do Senhor Fernando Ferreira não se revelou percetível, não tendo sido possível apurar as questões concretas formuladas. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a gente. Indo diretamente às questões que me foram colocadas. Duas delas têm a ver com questões que têm a ver com as festas de São Pedro. Eu já sugeri ao Presidente da Comissão de Festas, não sei se ele irá fazer, mas acho que ele devia fazer, e à Comissão de Festas, que fizesse aqui, já lhes disponibilizei este espaço, para fazer aqui uma assembleia aberta a todos e a todas, quem quisesse participar, para esclarecer efetivamente o que, quais as razões que levaram aqui a algumas alterações este ano. Não o posso obrigar, ele é quem entende de gerir a coisa, como vocês sabem, quem realiza as festas é a Comissão de Festas. A Junta e este Presidente de Junta, na verdade envolve-se muito nelas, porque tem que ver com aquilo que eu acho, tem que ser a conceção da realização das mesmas, mas quem executa é a Comissão. Isto não significa que eu não tenha aqui coisas para dizer, até porque acompanhei desde o início o processo, e com muito gosto vou esclarecer aquilo que eu sei que aconteceu. Bom, em primeiro lugar é assim, o que se vai passar é que no dia 23, não haverá animação de palco, bem como também não irão abrir algumas situações. De cabeça não sei, mas são situações que foram identificadas, não podendo abrir. Quero-vos dizer que até há duas semanas atrás, todas as situações que não podem abrir no dia 23, há uma semana atrás, também não poderiam abrir 24 e 25. Irão abrir só no dia 26. Contudo, com a boa vontade de todos, porque realizar umas festas como estas, está aqui pessoas que já realizaram, sabe bem as dificuldades que é e sabe bem a dimensão que as mesmas têm, mas, eu que já não estava envolvido há uns anos, devo reconhecer que hoje está pior. Pior no sentido do licenciamento, pior no sentido das obrigações que tem de cumprir para realizar umas festas como estas, pior nas exigências que as entidades que têm o poder de licenciar exigem à Comissão de Festas e portanto não pensem e pessoas que estão aqui como a Lurdes que diz que nunca viu uma coisa destas pois só que o problema é que estamos em 2026 e muita coisa mudou e nós temos que nos ir evoluindo para isso e portanto, se me dissessem que não havia animação na noite de São Pedro eu não dormia, dizem-me não há animação no São João, eu durmo descansado, não tem problema nenhum. Depois dizer à Lurdes que disse que ali ao lado do Armazém de Peixe no dia 23 também se vai vender bebidas, é falso, estou-te a dizer que é falso. Só abre, como os outros, dia 24, se abrir,

não sei se abre, se quiserem abrir também podem abrir dia 24, mas é falso que abram dia 23. Por fim perguntou-se aqui se é a Câmara que é que está por trás disto? Está por trás disto a ordem pública, está por trás disto que a PSP no dia 23 não tem capacidade para ter aqui efetivos para manter a ordem pública e por essa razão não dá um parecer favorável, aliás deu um parecer favorável mediante estas condicionantes que a Comissão foi obrigada a ter. Posso-vos dizer que há aqui, nomeadamente os carrosséis, vão abrir com altas condicionantes que a própria PSP exigiu e portanto como não têm capacidade para ter aqui, para manter ordem pública foi decidido que não há animação e que há aqui parte da festa que não abre. Essa é a razão, não tem a ver com a Câmara, não tem a ver com a Comissão, não tem a ver com Junta. Eu já disse que durmo descansado se não houver São João, mas se houvesse São João para mim era igual, portanto foi obviamente a PSP que não tem capacidade para fazer aqui, a nível de ordem pública, no São João. Por fim dizer--vos o seguinte, nós há 25, 30 anos a única coisa que se passava aqui, durante o ano todo, pensávamos quando é que chegam as festas? Agora há bastante mais coisas que acontecem aqui, por exemplo este evento novo que nasceu, se calhar pagamos essa fatura, que nasceu próximo do São João, o Air Invictus, que vai começar amanhã, não acontecia e, portanto, e outras coisas mais, portanto, o desafio é podermos conviver com estas situações na certeza, porém que as festas não estão em causa, portanto, vão-se fazer na mesma, há esta condicionante. Para o ano logo se vê, este ano foi o que foi possível fazer. É isto que eu tinha a dizer mais questões que tenha que ver, eu acho que a comissão de festas deveria dizer. Fernando com o devido respeito, pronto, eu a única coisa que quero dizer aqui em público é que tenho estima e consideração por ti sempre tive e continuarei a ter, muito obrigado. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado. Assim sendo, fechamos a intervenção do público. Passamos de seguida ao **Período Antes da Ordem do Dia**, como expediente geral da mesa a única nota que temos a dar, desde a última assembleia o Presidente da assembleia foi convidado a estar presente nas comemorações do 91º aniversário do Rancho Folclórico da Afurada, onde teve o prazer de hastear a bandeira da freguesia. Foi este o único convite que recebemos desde a última assembleia. Já agora queria só dar nota que o site da junta freguesia já está online, portanto já lá tem algumas atas, as primeiras atas da assembleia de freguesia, em breve vão estar mais atas disponíveis e tem lá já várias informações, notícias e tudo mais sobre a nossa junta de freguesia, portanto dar nota disto porque o senhor Carlos, na última assembleia tinha questionado, portanto está em funcionamento. Agora pergunto se alguém dos grupos quer usar da palavra? Flávia, faz favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Flávia Remelgado**, interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos, na pessoa do Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento todos os presentes. Nós estamos aqui hoje para apresentar uma proposta de um voto de congratulação, pelo desempenho da marcha da Afurada nas marchas de São João de Vila Nova de Gaia. **Considerando que:** ----------

A Marcha da Afurada participou brilhantemente nas Marchas de São João 2026, organizadas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, representando com enorme dignidade, orgulho e dedicação a identidade, as tradições e o espírito da nossa freguesia;
A participação da Marcha da Afurada constituiu mais uma demonstração da força, vitalidade e riqueza cultural da nossa comunidade, refletindo o trabalho coletivo de dezenas de pessoas que, de forma voluntária e desinteressada, dedicaram largas semanas

da sua vida à preparação deste projeto; ----------
O desempenho artístico, técnico e organizativo alcançado permitiu à Marcha da Afurada obter um honroso 5.º lugar na classificação geral, resultado que merece o reconhecimento desta Assembleia e de toda a população da Afurada; ----------
Tal classificação encontra-se, contudo, a ser objeto de contestação junto do júri, em virtude da penalização aplicada por alegado excesso de tempo, sendo entendimento generalizado entre os participantes, apoiantes e muitos dos que assistiram ao espetáculo que, não fosse essa circunstância, a Marcha da Afurada teria alcançado um merecido 3.º lugar, posição mais consentânea com a qualidade da sua exibição; ----------
Independentemente do desfecho das diligências em curso, a verdade é que a prestação da Marcha da Afurada foi amplamente reconhecida pela sua qualidade artística, criatividade, rigor e autenticidade, fatores que muito contribuíram para a valorização da imagem da nossa freguesia; ----------
A excelência da participação da Marcha da Afurada foi igualmente reconhecida através da conquista do brilhante 2.º lugar na categoria de Melhor Letra, distinção que atesta a criatividade, o talento e a capacidade de preservar e promover a cultura popular e as tradições locais; ----------
Este resultado é o fruto direto de dois meses de intenso trabalho, dedicação, sacrifício e amor à comunidade por parte de dezenas de concidadãos; ----------
A Marcha da Afurada representa muito mais do que uma participação num concurso, constituindo um verdadeiro símbolo da identidade coletiva da nossa freguesia, promovendo o convívio intergeracional, o associativismo, o sentimento de pertença e o orgulho em ser Afuradense; ----------
Importa, por isso, reconhecer publicamente o mérito, a entrega e o esforço de todos aqueles que contribuíram para este resultado, ainda que devidamente contestável. --------
Assim, O Grupo "Gaia Sempre na Frente" propõe que a Assembleia, reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de junho de 2026, delibere: ----------
Aprovar um Voto de Congratulação e Louvor a toda a estrutura da Marcha da Afurada, nomeadamente: ----------
À Organização, pela capacidade de gestão, visão e coordenação de todo o projeto; -------
Aos Marchantes, pela entrega, garra, coreografia e alegria contagiante com que defenderam a Afurada na avenida; ----------
A todo o Staff e Equipa de Apoio, cujo trabalho invisível nos bastidores foi o pilar indispensável para o sucesso coletivo. ----------
Manifestar a solidariedade desta Assembleia para com a Marcha da Afurada e o seu apoio às diligências em curso tendentes à reapreciação da classificação atribuída, na convicção de que o mérito efetivamente demonstrado pela nossa Marcha merece ser integralmente reconhecido e refletido nos resultados finais do concurso. ----------
Determinar que o presente Voto seja transmitido à Comissão Organizadora da Marcha da Afurada, aos seus responsáveis, marchantes e restantes participantes, bem como divulgado pelos meios institucionais adequados, como forma de reconhecimento público do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados. ----------
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Maria Elisa. ------
A Senhora Membro da Assembleia, **Maria Elisa Duarte**, interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Voto de congratulação. A Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada manifesta o seu reconhecimento e congratulação à Marcha da Afurada pela brilhante participação no evento das Marchas

Populares, promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, onde representou com elevado mérito a nossa freguesia. A prestação da Marcha da Afurada constituiu motivo de orgulho para toda a comunidade Afuradense, evidenciando a dedicação, o empenho e o talento de todos aqueles que ao longo de vários meses contribuíram para a preparação e concretização deste projeto coletivo, que tão dignamente honrou as tradições e a entidade da nossa terra. Merece especial destaque a letra apresentada pela marcha da autoria da Afuradense Amélia Azevedo, cuja inspiração, sensibilidade e profundo conhecimento das raízes, da cultura e da vivência da Afurada se refletiram numa composição que enalteceu a história, os costumes e a alma do nosso povo. Através das suas palavras foi possível transmitir ao público a singularidade da nossa freguesia e o orgulho de ser Afuradense. Na pessoa da Amélia Azevedo, esta Assembleia pretende igualmente saudar e agradecer a todos os que colaboraram na concretização da marcha da Afurada, marchantes, ensaiadores, músicos, coreógrafos, figurinistas, voluntários, patrocinadores, associações e demais elementos da organização, cujo trabalho, dedicação e espírito de equipa tornaram possível esta representação de excelência. Assim, a Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada, reunida em sessão de 18 de junho de 2026, delibera aprovar um voto de congratulação à marcha da Afurada, reconhecendo o seu contributo para a valorização da cultura popular, para a promoção da entidade Afuradense e para o prestígio da nossa freguesia. Reconhecer publicamente e relevar o contributo deste grupo informal. Dar conhecimento do presente voto à marcha da Afurada e proceder à sua divulgação pelos meios institucionais da freguesia. ----------

Outro voto de congratulação. Pelo 91ª aniversário do Rancho Folclórico da Afurada. A Assembleia de São Pedro da Afurada, assinala com grande satisfação o 91º aniversário do Rancho Folclórico da Afurada, uma das mais emblemáticas instituições culturais da nossa freguesia e um verdadeiro símbolo da identidade das tradições e da história da comunidade Afuradense. Fundado há 91 anos, o Rancho Folclórico da Afurada tem desempenhado um papel fundamental de preservação, valorização e divulgação do património etnográfico e cultural da Afurada, mantendo vivas as danças, os cantares, os trajes, os costumes e as tradições que caracterizam a nossa terra e as nossas gentes. Ao longo de quase um século de existência, esta coletividade tem sido um exemplo de dedicação, trabalho voluntário e espírito associativo, reunindo gerações de Afuradenses e não só, em torno da defesa da cultura popular portuguesa. O seu percurso é marcado por inúmeras participações em festivais, encontros folclóricos e eventos culturais, levando o nome da Afurada e de Vila Nova de Gaia, além-fronteiras, e contribuindo para a promoção da nossa entidade cultural. Importa igualmente destacar o papel social e comunitário desempenhado pelo Rancho Folclórico da Afurada. Tem sabido envolver as crianças, jovens e adultos na transmissão de valores, tradições e memórias coletivas, fortalecendo os laços entre gerações e contribuindo, para a coesão da comunidade. Neste momento de celebração do seu 91º aniversário, é de inteira justiça parabenizar uma instituição, esta instituição, reconhecendo e agradecendo o empenho de todos aqueles que, ao longo destes anos, integraram os órgãos sociais, os grupos de dançarinos, músicos, cantadores, ensaiadores e associados, cuja dedicação tornou possível a continuidade e o prestígio desta instituição. Assim, a Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada, reunida em sessão de 18 de junho de 2026, delibera aprovar um voto de congratulação ao Rancho Folclórico da Afurada, pela celebração do seu 91º aniversário. Reconhecer publicamente e relevar o contributo desta instituição para a preservação e promoção da cultura popular, do património etnográfico e da identidade da nossa Afurada. Endereçar

à direção, aos associados, aos elementos do Rancho e todos quantos contribuíram para a sua história, as mais calorosas felicitações. E votos de maior sucesso para o futuro do Rancho Folclórico da Afurada. Dar conhecimento do presente voto ao Rancho Folclórico da Afurada e proceder à sua divulgação pelos meios institucionais da nossa freguesia. Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem, de seguida o Senhor Pedro Fernandes. ----------

O Senhor Membro da Assembleia, **Pedro Fernandes**, interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos. Desejo boa noite em nome do Senhor Presidente. Venho mais só para solicitar, fazer a pergunta ao seu Presidente, como é que estamos em relação sobre a travessia e a nível de transportes públicos? E já agora, se este ano, vai haver ou não o almoço dos idosos? Boa noite. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado, Senhor. Pedro Fernandes. De seguida, Senhor Bruno de Vilas Boas. ----------

O Senhor Membro da Assembleia, **Bruno Vilas Boas**, interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente da mesa da Assembleia, na sua pessoa, gostaria de cumprimentar todos os presentes. O Grupo Parlamentar Gaia Sempre na Frente, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem propor à Assembleia da Freguesia a presente proposta. ----------

Considerando que: ----------

A Afurada tem assistido, nos últimos anos, a um crescimento exponencial e dinâmico do setor da restauração, que muito contribui para a vitalidade económica e projeção turística da nossa freguesia; ----------

Este crescimento, contudo, tem gerado uma ocupação progressiva, e muitas vezes desregrada, do espaço público por esplanadas, ocupando passeios, baías de estacionamento e praças; ----------

A atual ocupação dos passeios impede gravemente a circulação pedonal, comprometendo de forma intolerável a mobilidade de cidadãos com carrinhos de bebés, pessoas em cadeiras de rodas ou cidadãos com mobilidade reduzida; ----------

Esta barreira física obriga, por vezes, os transeuntes a circular pela faixa de rodagem, partilhando o espaço diretamente com o trânsito automóvel, o que representa um risco iminente para a segurança física e integridade de centenas de Afuradenses e visitantes; --

É imperativo garantir o equilíbrio e a convivência saudável entre a atividade económica legítima da restauração e o direito fundamental dos moradores ao descanso, ao bem-estar, à segurança e à livre circulação no espaço que é de todos; ----------

A Junta de Freguesia tem demonstrado uma postura dialogante e ativa, articulando esforços com diversas entidades técnicas e setoriais para desenhar soluções que protejam tanto a economia local como os direitos da população; ----------

A Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada, reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de junho de 2026, delibera: ----------

Manifestar a sua profunda preocupação com o atual estado de saturação e desordenamento da ocupação do espaço público na Afurada, que afeta diariamente a segurança e a qualidade de vida dos seus habitantes. ----------

Afirmar de forma inequívoca a urgência e a necessidade imperiosa de que se proceda, no mais curto espaço de tempo, à implementação de medidas eficazes de reestruturação, reordenamento e fiscalização das esplanadas e espaço público na Afurada. ----------

Apelar convictamente ao Município de Vila Nova de Gaia, enquanto entidade com

responsabilidade última na gestão e licenciamento do espaço público, para que priorize e viabilize com celeridade as soluções de consenso necessárias para resolver este problema crónico. ----------
Enviar a presente deliberação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Muito obrigado. ----------
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhor Margarida, faz favor. ----------
A Senhora Membro da Assembleia, **Margarida Ferreira**, interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos e a todas os presentes. É com satisfação que vejo esta sala bastante completa e com público. Pedir-vos que venham mais vezes, que acompanhem os trabalhos e o desenvolvimento da nossa freguesia. É sempre importante ter aqui pessoas. Eu não tinha planeado falar, mas de qualquer forma não posso deixar de notar. Eu faço parte da Assembleia de Freguesia há 12 anos. Senhor Presidente, não quero de forma alguma pôr em causa, a minha colega deputada, mas não posso deixar de notar que hoje, antecipadamente, pediram-nos as fotocópias antecipadas do voto de congratulação. E, de facto, depois houve as inscrições da leitura dos votos de congratulação no período antes da ordem do dia. E não ficaria bem comigo mesma se não o dissesse, certo? Por uma questão de tranquilidade e de bons trabalhos, como sempre temos vindo a fazer, disponibilizamos os votos de congratulação antecipados. Foram tiradas as fotocópias, mas, de facto, depois podemos até interpretar uma certa tendência na ordem das inscrições, tendo conhecimento que os assuntos a tratar, a falar, eram os mesmos. Eu peço desculpa, mas eu tinha aqui que o dizer. Outra coisa que vim a falar aqui também era acerca dos editais das Assembleias de Freguesia, que notei que não estavam afixados na porta. E notei, precisamente, porque tinha pessoas lá fora que me estavam a perguntar o que é que se vinha falar hoje aqui. Neste caso até era a Aurora, a Aurora que estava há pouco lá em baixo, que me dizia o que era que se ia passar hoje aqui, e quais eram os assuntos que iam ser aqui tratados. Eu acho que todos os assuntos aqui tratados são de relevância, são importantes para a freguesia, estas discussões são enriquecedoras, para todos, e tive o cuidado de ir ver e de facto os editais não estavam afixados. Pedia esse cuidado, que de facto fossem... Eu sei que são divulgados nas redes sociais, mas acho que na porta e tendo as pessoas, até um público mais idoso, deslocando-se aqui muitas vezes à junta era importante que se ficassem afixados. E falando nos mais idosos, aproveitando também ali a deixa, do meu colega Pedro, falar sobre o Passeio Sénior. Não é um jantar, Pedro, é um passeio, é o Passeio Sénior, e de facto, não leves isto como um ataque, mas é de facto uma pergunta ao Senhor Presidente da Junta, se a realização do Passeio Sénior se vai realizar nos mesmos trâmites como se tem vindo a realizar. Se vai ser organizado pela Junta de Freguesia com o apoio, o habitual apoio da Câmara Municipal. Queria que o Senhor Presidente da Junta nos falasse um bocadinho sobre isso, acho que era interessante, até porque os idosos já começam a questionar aonde vai ser, como é que vai ser, e aproveitando o que se fala nesse assunto, acho que era um assunto a trazer aqui. Relativamente às festas de São Pedro, e como eu disse, não tinha previsto vir cá falar, queria apenas vos pedir uma coisa, Senhor Presidente da Junta, tanto como eu e como qualquer um de nós que esteja aqui, que valorize e que mantenha as tradições da nossa terra. O São João é uma tradição da Afurada, eu não me lembro de não haver São João na Afurada, independentemente das condicionantes de segurança, que sabemos que as há, é verdade, mas sempre se conseguiu fazer o São João, quanto mais não fosse para os Afuradenses, porque fomos nós que organizamos, somos nós que contribuímos para a

festa, somos nós que pagamos cartões, e pelo menos a Afurada merece festejar, de alguma forma, o São João. O que eu lhe peço, com toda a dignidade, é que apele a que, de facto, se comemore o São João aqui na Afurada, a noite de São João. Pronto, era isto que eu lhe tinha para dizer, e continuação de uma boa noite. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado. Entretanto, só para responder à Margarida, eu no espírito, quando falei com a Margarida sobre o pedido para ver se tinha moções, se iam apresentar moções para se tirar cópias, era para agilizar. Se a Margarida ficou de tal maneira incomodada, que achava que eu ia fazer aqui alguma trafulhice, só tinha de ter dito. Da maneira que insinuou, insinuou que eu estaria aqui a tentar saber que moções iam apresentar para depois favorecer um determinado grupo parlamentar. Não é verdade. Se achava que era isso que eu ia fazer, na altura tinha recusado, porque eu não obriguei. Eu conversei e perguntei se tinham e se achavam por bem. Portanto, é só uma questão de tornar isto aqui mais célebre. Se não ficou satisfeita com esse pedido, só tinha de recusar. Não havia impedimento nenhum, mas pronto, fica a nota. Fica a nota para situações futuras, será diferente. Relativamente ao edital, ele está afixado lá fora. Está afixado lá fora, não está afixado na porta, porque como a porta da Junta de Freguesia baixa a portada, as pessoas não têm acesso, ele está afixado, como sempre esteve, no vidro lateral. E está afixado, porque fui eu que o afixei no mesmo dia. Nos outros locais de estilo, pela freguesia, não fui eu. Aquele fui eu que o afixei, portanto, ele está lá afixado. Senhora Sofia do Mar, faz favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Sofia do Mar**, interveio nos seguintes termos: Muito boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes. Segundo notícias recentemente divulgadas na Comunicação Social, está prevista uma intervenção de requalificação da Ribeira de Santarém, localizada na nossa freguesia. Neste sentido, gostaria de solicitar alguns esclarecimentos ao Executivo. Qual é o prazo previsto para o início e conclusão desta intervenção? Quais são concretamente as obras e melhorias contempladas no projeto e de que forma estas irão beneficiar a população e o território envolvente? Aproveito ainda para perguntar se o Senhor Presidente poderá partilhar mais algumas informações sobre esta requalificação, nomeadamente os seus objetivos, o investimento previsto e o impacto esperado para a freguesia. Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado. Senhora Flávia, faz favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Flávia Remelgado**, interveio nos seguintes termos: Boa noite novamente. E apenas para que dúvidas não restem e para esclarecer a deputada Margarida, referir que desde já me penitencio pela minha inexperiência porque de facto não trouxe nenhuma cópia e mal cheguei pedi à Fatinha para ir imprimir. Por isso, penso que até pode ter sido esse o motivo. Os meus colegas também só assinaram quando a Fatinha trouxe, já estavam a decorrer os trabalhos. Portanto, foi mesmo isso. Não houve, pelo menos, esclarecer que não houve aqui qualquer tendência e esclarecer que fico verdadeiramente satisfeita com os nossos votos de congratulação estarem no mesmo sentido. Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem, Senhor Presidente, pode responder. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente aos votos de congratulação, portanto, que foram aqui presentes para a Marcha, acho que é de inteira justiça. Este foi um projeto que em dois

meses e meio se pôs de pé, onde um conjunto de pessoas teve a oportunidade de participar, participação aberta, que a única coisa que eu espero agora é que este mesmo projeto, este mesmo grupo informal possa dar continuidade a isto, que não pegue nisto e que agora deite de fora, bem pelo contrário, que sirva de estímulo para o ano ainda ter uma participação ainda melhor que nos honre a todos. Relativamente também ao voto de congratulação do aniversário do Rancho Folclórico, também gostaria de efetivamente, portanto, de me associar, tive a oportunidade pela parte institucional da Junta de Freguesia de parabenizar o Rancho, pelo seu aniversário, e por isso associo-me também a este voto de congratulação. Relativamente ao Senhor Pedro Fernandes, travessia fluvial, final do mês de junho e início do mês de julho, é essa a informação que eu tenho pelos transportes, portanto, Metropolitanos do Porto. Portanto, relativamente a transportes públicos, não sei a que é que se está a referir, mas aquilo que é o nosso compromisso a este nível é uma carreira, portanto, que possa cobrir aqui a parte de baixo, nomeadamente num horário mais prolongado, ou seja, que não acabe às 19 horas e que se possa prolongar, portanto, foi esse o nosso compromisso. Carreira noturna. Eu, em meados de julho, também tenho essa informação, parte dos transportes metropolitanos do Porto. Há uma carreira da UNIR que faz a marginal até a Câmara Municipal que vai ser prolongada até às 11 e meia da noite. Relativamente ao Bruno sobre o espaço público, a única coisa que eu gostaria de ouvir em relação a isso, acho que é algo pertinente em que a Junta de Freguesia já fez o que tinha a fazer, nomeadamente no que diz respeito ao plano. Neste momento a Câmara e o Senhor Presidente da Câmara estão a avaliar a situação. Gostava que aqui pudesse ouvir uma única, uma única que fosse, palavra do Partido Socialista em relação à bandalheira que se passa aqui no espaço público da Afurada. Uma única palavra, se fosse possível, em relação a esta moção que acabaram de apresentar. Não sei se terão coragem para isso, mas eu até ao fim da noite ainda tenho esperança que a tenha. Depois, relativamente à Senhora Deputada Margarida Ferreira, o Passeio Sénior vai ser no dia 31 de Julho, a Fátima, quem organiza é a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal vai apoiar no valor de 6 mil euros o Passeio da terceira idade da Afurada. Já agora, os critérios são os critérios de 2013. Vão ser os critérios de 2013, de cabeça não sei, mas os critérios de 2013 é o que vai ser. Relativamente às festas de São Pedro, já respondi, dizer apenas que o São João haverá, haverá fogo de artifício no sítio onde costuma todos anos haver, haverá pão com chouriço, haverá farturas, haverá carrocéis, aquilo que não haverá é aquilo que efetivamente a PSP disse para não haver. Portanto, e nesse ponto de vista é sim, não vai haver animação, pronto, mas vai haver São João. Por fim, a Sofia falou aqui de algo que foi público, que de facto é uma obra importante aqui para nós, porque vai, visa resolver um problema que nos tem vindo aqui a afetar ao longo destes anos, quando chove bastante aqui com o Ribeiro de Santarém. Aquilo que eu sei ainda não é muito, é um projeto que quem o está a liderar é o professor Poças Martins, alguém bastante entendido na matéria e, portanto, mas que visa resolver um problema que temos aqui do Ribeiro de Santarém. Não só aqui, mas ao longo do Ribeiro todo, salvo erro, está prevista uma bacia de retenção lá para cima, e, portanto, mas visa melhorar significativamente as condições do Ribeiro de Santarém. E para já é isso que eu sei, não posso adiantar mais nada, a única coisa, felicitar a Câmara por ter conseguido no âmbito, no Ministério do Ambiente, estas verbas que serão fundamentais para financiar esta obra. Muito obrigado. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado. Senhora Maria Elisa, faz favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Maria Elisa Duarte**, interveio nos seguintes

termos: Eu só queria dar a resposta ao Senhor Presidente em relação ao Grupo Parlamentar do PS, portanto, ele não poderá intervir porque a parte pública, o Município é que é o responsável pela gestão do espaço público e sempre foi. Temos que aguardar pela opinião de quem de direito, Câmara, antes de decidir seja o que for, as esplanadas são importantes para a economia da Freguesia. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado. Mais alguém quer fazer uma intervenção? Senhor Presidente da Junta, faça favor. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Bom, eu estava, não estava à espera de tanto, devo dizer, não estava à espera de tanto, mas vir aqui dizer que as esplanadas são importantes para a economia da terra. Bom, eu pergunto a todos os moradores que sofrem diariamente com estas situações se efetivamente se conseguem rever nesta situação? Mas eu não vou perder muito mais tempo, eu assumi nos compromissos que pus aqui, que olharia para isto, olhei, trabalhei, propus, numa base de equilíbrio para que os negócios que aqui estão instalados possam manter-se, mas que o respeito pela população possa existir. Foi isto que eu propus e é isso que eu farei. Para isto é preciso coragem, é, é preciso coragem, coisa que não tem a pessoa que aqui veio falar. Muito obrigado. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado. Senhora Margarida Ferreira, faça favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Margarida Ferreira**, interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente, é de lamentar realmente este tipo de atitude, este tipo de interação. O Senhor Presidente da Junta ainda há pouco manifestou o desagrado por estarmos ali a falar enquanto grupo, lermos as intervenções dos nossos colegas, a decidirmos o sentido de voto e manifestou-se incomodado por estarmos a falar. É de facto surpreendente que agora, enquanto o público riu, bateu palmas, o Senhor Presidente não se tenha incomodado. Eu peço desculpa, o público tem um período para intervir. Há uma ordem, há de facto regras que a Assembleia cumpre, o público é sempre bem-vindo, ainda há pouco disse, e acho muito bem que intervenham, que tragam os assuntos, mas trazer os assuntos e tal como o Senhor Presidente estava a dizer, a dita falta de coragem é também ter a coragem de vir dar a cara aqui pelos assuntos. E isso sim é coragem. Em relação àquilo que estava a ser falado pelas esplanadas, sendo absolutamente sensível às pessoas que moram com um fogareiro ao lado, e sendo que os fogareiros é uma coisa que já vem de há muito tempo, é de facto, e tiro o chapéu, a quem de facto resolver este assunto. E por essa razão eu queria saber o que é que o Senhor Presidente, tendo conhecimento que já houve diligências que foram noticiadas nas redes sociais com a Polícia Municipal a intervir na legalização do espaço público e das esplanadas. Eu queria saber, por favor, que o Senhor Presidente me diga então quais foram as diligências tomadas, o que é que já está decidido em relação às esplanadas, porque eu também estou ao lado da população e não moro aqui. Mas eu também estou ao lado da população nesse aspeto. Agora, também temos de compreender que tem que haver de uma forma ordenada, como o Senhor Presidente disse, que haja aqui ordem, para que o comércio também tenha condições para trabalhar, mas que as pessoas, principalmente as pessoas, tenham condições para viver. Pronto, eu queria saber então o que é que o Senhor Presidente fez em relação a este assunto. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado. Senhor Presidente, faça favor. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Bom, Margarida,

deputada Margarida, fui eu que me estava a sentir incomodado no sentido que estava a ter aqui um raciocínio e estava a ouvir um ruído. Já no que diz respeito ao público, não sou eu que presido às assembleias de freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, portanto não sou eu que tenho que mandar calar o público, peço desculpa. Não, mas disse, disse que o Presidente da Assembleia é que tem esse poder, eu ainda não o tenho. Bom, mas relativamente às esplanadas, bom, ó Margarida, vocês têm que se entender. Eu respondi àquilo que a líder do seu grupo parlamentar acabou de dizer, portanto, nem uma palavra no que diz respeito à população. Apenas referiu a questão da economia local. Vocês é que se têm que entender, isto é muito bonito, os chats, o chatgpt, e não sei o quê, mas depois chegam aqui. E nós temos que realmente contribuir e, portanto, como estava a dizer vocês é que, o grupo parlamentar do Partido Socialista, é que se tem que se entender e ver que caminho é que quer seguir. O nosso caminho é este. É, ou foi, efetivamente dizer ao que vínhamos sem rodeios absolutamente nenhuns ao contrário do Partido Socialista que nem uma palavra teve em relação a este problema que existe aqui na freguesia, foi isso que nós fizemos, trabalhamos, falamos com a restauração, a restauração já sabe que algo vai acontecer já sabe, já está informada disso, a restauração também já sabe que aquilo que se vai fazer é efetivamente de forma a que se possam manter com os seus negócios, mas também já sabe que tem que haver equilíbrio pelo respeito por quem cá vive e aqui ainda vive muita gente, se calhar daqui a 25 anos a coisa já não há de ser assim, infelizmente, mas agora ainda é e é por essas pessoas também que é dever de um presidente de uma junta, de um executivo de uma junta de freguesia e já agora numa assembleia freguesia, fazer de tudo para que isso aconteça porque o espaço público é de todos nós, não é de ninguém, é de todos nós e o que se passou aqui foi que ao longo de anos apoderaram-se do espaço público como quiseram, da forma como quiseram como entenderam, onde a Câmara Municipal demitiu-se completamente da sua responsabilidade e onde a junta de freguesia demitiu-se daquilo que é a sua responsabilidade, quanto mais não seja empurrou com a barriga, fez de conta que o problema não existia, portanto, se quer saber o caminho, é este. Não vou entrar em pormenores porque os pormenores e o plano, a única coisa que eu posso referir é que há um plano, está pronto e quando o Senhor Presidente da Câmara entender e eu sei o que é que ele pensa em relação a isso, vai-se concretizar e os senhores da restauração serão os primeiros a saber, a ser informados com tranquilidade com ordem porque é isso que se quer. Ordem para depois termos progresso, é assim. Eu sei que não foi assim nos últimos anos, mas vamos tentar que seja assim a partir daqui, pronto é isso agora quanto ao resto o Partido Socialista tem que se entender que caminho é que quer seguir em relação a isso.
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem. Mais alguém quer intervir? Não? Vamos passar então à votação das propostas dos vários grupos. A proposta do Gaia Sempre na Frente, o voto de congratulação apresentada pelo grupo Gaia Sempre na Frente pelo desempenho da Marcha da Afurada nas marchas de São João de Vila Nova de Gaia, quem vota contra? Quem vota a favor? Aprovado por Unanimidade. Vou pedir cinco minutinhos, enquanto se distribuem cópias pelos grupos. Retomando os trabalhos, Margarida Ferreira, faça favor. ----------
A Senhora Membro da Assembleia, **Margarida Ferreira**, interveio nos seguintes termos: Aos colegas do grupo parlamentar oposto, que é a Gaia Sempre na Frente, vão ter a oportunidade de ler e queria salvaguardar aqui uma questão. Em nenhum momento, em ambos os votos de congratulação, referimos por que grupo parlamentar foi feito. Porque entendemos que ao fazer ambos os votos de congratulação, que seriam, e acho

que se tiverem oportunidade de ver, que seriam em nome da Assembleia, seria um voto unânime, tanto pelo aniversário do Rancho Folclórico, como também pelo desempenho da marcha da Afurada. Acho que termos dois documentos, podemos votá-los na mesma e a Assembleia decidirá o que fazer, certamente. Mas queria dar nota que a nossa intenção, desde o início, foi que os votos de congratulação fossem pela Assembleia e não por um grupo parlamentar. Está bem? Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Cara Margarida, os votos de congratulação e de moções aprovadas na Assembleia nunca são enviados em nome dos grupos, são sempre em nome da Assembleia. A proposta, quando é apresentada, é apresentada em nome de um grupo. Portanto, daí eu ter dito que este tinha sido o voto apresentado pelo grupo Gaia Sempre na Frente, mas quando for enviado, é um voto da Assembleia. Não vai menção nenhuma a grupos ou partidos, a única informação que vai é que se foi votado por unanimidade ou por maioria. Nem sequer vai discriminado quem votou contra ou quem votou a favor, se foi por muitos ou poucos. Portanto, quando sai é um documento da Assembleia. Neste caso, como nós temos dois votos de congratulação às marchas, eles vão ser votados em separado. Portanto, a votação vai ser em separada. O que eu propunha, se estiverem de acordo, era que se fundissem os dois, pelo que eu estive a ver, basicamente eles tocam os mesmos tópicos. Portanto, aqui a aprovação é feita em separado. Houve aqui uma falha com as cópias. Malfadadamente, foi uma experiência a não repetir. Os colegas, não sei se tiveram a oportunidade de analisar os votos? E, resolvido este imbróglio das fotocópias, passemos então ao voto de congratulação, neste caso apresentado pelo PS, às marchas da Afurada. Quem vota a favor? Aprovado por Unanimidade. Segue-se o voto de congratulação pelo 91º aniversário do Rancho Folclórico da Afurada, também apresentado pelo grupo parlamentar do PS. Quem vota a favor? Aprovado por Unanimidade. E finalmente, a moção pelo reordenamento do espaço público e salvaguarda dos direitos dos cidadãos da Afurada, apresentado pelo grupo Gaia Sempre na Frente. Quem vota a favor? Aprovado por Unanimidade. Senhora Bruna Rodrigues, faça favor de ler a declaração de voto do Grupo parlamentar do PS. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Bruna Rodrigues**, interveio nos seguintes termos: Obrigada. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, caros colegas deputados, caro público, votamos favoravelmente a presente moção sobre o reordenamento do espaço público e salvaguarda dos direitos dos cidadãos da Afurada, por considerar que a matéria em causa merece atenção e reflexão por parte dos órgãos autárquicos, Junta de Freguesia e Câmara Municipal. A Afurada tem assistido nos últimos anos a uma crescente procura turística e a uma dinamização significativa da sua atividade económica, realidade que valorizamos e que reconhecemos como importante para o desenvolvimento da nossa freguesia e para a criação de oportunidades para os seus comerciantes e empresários. Contudo, este desenvolvimento tem sempre de ser compatibilizado com a qualidade de vida da população residente e com a preservação das características identitárias que fazem da Afurada uma comunidade única. Entendemos que a ocupação do espaço público, nomeadamente através da instalação de esplanadas e outros equipamentos associados à atividade comercial, deve ser objeto de uma abordagem equilibrada, que tenha em consideração, por um lado, os interesses económicos legítimos dos estabelecimentos, mas, por outro, e não menos importante, dos direitos dos moradores à mobilidade, à acessibilidade, ao descanso, à segurança e à fruição do espaço público. O ordenamento do território é competência da Câmara Municipal, das autarquias locais, como tal, devem ser cumpridas as normas legais no seu maior escrutínio. Por isso, neste

sentido, consideramos ainda que as soluções a adotar, deverão sempre assentar em dados objetivos e numa análise bastante rigorosa da realidade existente. Entendemos ser desejável que esta matéria seja acompanhada por um estudo aprofundado, que permita identificar com precisão quais são os constrangimentos existentes e avaliar o impacto das diferentes utilizações do espaço público, de modo a encontrar soluções equilibradas que promovam uma convivência harmoniosa entre a atividade económica, os residentes e as pessoas que nos visitam diariamente. Temos acompanhado de perto as diligências tomadas pela Junta de Freguesia, e incentivamos a que este assunto seja levado para os órgãos que terão mais competência para tratar da questão da possível violação de normas legais que possa estar a acontecer, nomeadamente na questão das baías de estacionamento e etc., que será a competência da Câmara Municipal. Como tal, neste espírito de responsabilidade, diálogo e de procura de soluções sustentáveis, acompanhamos esta moção. Consideramos que a Afurada merece um espaço público organizado, acessível e inclusivo, mas também não podemos descurar de estratégias que permitam conciliar o desenvolvimento económico com a proteção da qualidade de vida da sua população. É com este entendimento que votamos favoravelmente a presente moção. Muito obrigada.
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado. Portanto, eu proponho fazer, sobre os votos das duas bancadas acerca das Marchas, um rascunho combinado das duas. Fazia-vos chegar esse rascunho e depois esperava pelo vosso feedback para ver qual é a melhor forma de finalizar o documento a ser enviado em nome da Assembleia. Está bem? Fica combinado então. Obrigado. Muito bem, assim sendo, fechamos o período Antes da Ordem do Dia e vamos dar início ao período da Ordem do Dia. Ponto 3. Ponto 3.1. Aprovação da ata da sessão anterior. Eu aqui só quero recordar que os deputados Bruno Villas Boas, Margarida Ferreira e Bruna Rodrigues não podem votar, uma vez que não estiveram presentes na sessão. Portanto, eu dou a palavra a alguém que queira intervir sobre a ata. Ninguém? Passamos de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi aprovada por unanimidade dos membros presentes e com direito a voto, não tendo participado na votação os membros que não estiveram presentes na sessão a que a ata respeita. Muito bem. Passemos então ao ponto 3.2, apreciação e deliberação sobre o regulamento de captação e transmissão em direto das sessões e reuniões da Assembleia de Freguesia. Eu queria fazer uma breve introdução a este ponto. Na qualidade de Presidente deste órgão e em representação da Mesa da Assembleia, cumpre-me apresentar o ponto de ordem de trabalhos relativo ao regulamento de captação e transmissão em direto das sessões e reuniões da Assembleia de Freguesia. Como todos recordarão, na sessão anterior a esta Assembleia, esta Assembleia deliberou, no exercício das suas competências soberanas e por maioria, a transmissão em direto dos seus trabalhos. Ficou, na altura, assumido o compromisso de submeter à vossa apreciação o articulado que regularia o modelo técnico e jurídico destas mesmas transmissões. É esse o compromisso que hoje aqui honramos. Gostaria de sublinhar que este regulamento foi elaborado com rigor técnico e legal, tendo como pilares a transparência democrática, a Lei 75-2013, e muito em especial o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Fomos sensíveis às preocupações legítimas que foram levantadas nesta Assembleia sobre a privacidade e a segurança jurídica. Por essa razão, este documento foca-se estritamente no escrutínio dos titulares de cargos políticos e protege a 100% o cidadão comum. Destaco as principais soluções indexadas a este regulamento. 1º) Foco exclusivo nos eleitos, artigo 6º do Regulamento. A transmissão e captação de imagem incidirão única e exclusivamente sobre os membros da mesa, os

eleitos da Assembleia, o Executivo da Junta e outros intervenientes institucionais. Nós somos titulares de cargos públicos, nós estamos assim sujeitos ao escrutínio direto dos eleitores. 2º) Exclusão total do período do público, artigo 8º. O Regulamento determina que as intervenções do público não serão transmitidas nem filmadas. Mantem-se apenas o registo áudio estritamente necessário para a elaboração da ata, o qual será eliminado logo após a aprovação da mesma. Desta forma, garantimos que nenhum cidadão que venha a esta Assembleia expor um problema pessoal, social ou sensível, veja a sua imagem ou a sua vida privada exposta na internet. 3º) Proteção da assistência, artigo 9º. São proibidas captações intencionais ou incidentais do público presente na sala. 4º) Poder de suspensão, artigo 11º. É conferido ao Presidente da Mesa o poder de interromper imediatamente a transmissão, caso ocorra alguma perturbação ou caso estejam em causa direitos fundamentais ou dados sensíveis. Caros membros da Assembleia, com esta proposta elevamos a transparência democrática da nossa freguesia, permitindo que os Afuradenses acompanhem o debate político dos seus eleitos, sem nunca descurar o nosso dever de proteção para com o cidadão comum que nos assiste ou que nos procura. Como estipula o artigo 4º, competirá tecnicamente à Junta de Freguesia assegurar os meios e a responsabilidade pelo tratamento dos dados, salvaguardando a estabilidade jurídica do ato. Posto isto, enquanto Mesa apresentamos este regulamento e abro espaço para o debate e subsequente votação, convicto de que este documento responde de forma cabal e segura a todas as exigências legais e democráticas. Muito obrigado. Assim sendo, eu abro à discussão o regulamento. Faça favor, Bruna. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Bruna Rodrigues**, interveio nos seguintes termos: Mais uma vez boa noite a todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia. Antes de me pronunciar em concreto sobre o regulamento que hoje estamos a deliberar, gostaria de fazer uma pequena consideração prévia sobre o debate que tem sido tido nesta Assembleia sobre o tema da transmissão em direto das Assembleias de Freguesia. E lamentamos, enquanto bancada do Partido Socialista, a distorção que tem vindo a ser feita, quer pela Mesa, quer pela bancada do PSD, ou da coligação Gaia Sempre na Frente, melhor dizendo, relativamente à posição que o PS sempre assumiu sobre esta matéria. Desde a primeira sessão em que o tema foi discutido, que a nossa posição foi clara, coerente e inequívoca. Somos favoráveis à transmissão em direto como instrumento de aproximação dos cidadãos à política local, do reforço da transparência da atividade dos órgãos autárquicos e da promoção da participação democrática. Aquilo que nunca aceitamos, nem nunca poderíamos aceitar, é que essa transmissão fosse feita e implementada sem o necessário enquadramento legal e sem as garantias exigidas para a proteção dos direitos fundamentais que estão constitucionalmente consagrados. Quando a proposta inicialmente foi apresentada e submetida à votação, entendemos que a mesma já estava numa zona cinzenta, nomeadamente ao autorizar a transmissão através de redes sociais ou de qualquer outra plataforma e ainda ao encarregar apenas a Mesa e o Executivo da definição de regras técnicas e operacionais de execução da transmissão. Na altura, isto em dezembro, não apresentamos uma declaração de voto porque consideramos que a discussão que foi realizada nesta Assembleia já tinha sido suficientemente esclarecedora e que não deixava margem para interpretações abusivas da nossa posição. A realidade é simples. O Partido Socialista, desde a primeira Assembleia em que este tema foi trazido, foi favorável à transmissão em direto das sessões da Assembleia de Freguesia desde que esta fosse realizada no estrito cumprimento da lei. Aliás, prova disso mesmo foi o facto de, na

última sessão, ter sido proposto por nós a constituição de um grupo de trabalho que envolvesse representantes das diferentes bancadas para que se elaborasse um regulamento consensual, juridicamente robusto e capaz de garantir simultaneamente a transparência da atividade autárquica e a salvaguarda dos direitos legalmente protegidos. Por isso, não podemos deixar de manifestar o nosso desapontamento e o nosso grande desagrado pelo facto de a bancada do Partido Socialista não ter sido envolvida no processo de elaboração do regulamento que hoje nos é apresentado, inclusive a ter sido dito que, devido ao nosso sentido de voto, consideravam que não queríamos estar envolvidos na elaboração do mesmo. Entrando agora na apreciação concreta do documento, importa reconhecer, sem dúvida, que foi realizado um esforço que é notório na tentativa de criar um enquadramento regulamentar nesta matéria, contudo da análise que efetuamos continuam a subsistir dúvidas relevantes quanto à sua conformidade com o RGPD e com as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Estamos a falar da transmissão em direto de uma sessão da Assembleia de Freguesia que vai implicar captação de imagem, de voz e de conteúdo da intervenção dos seus membros, constituindo, por isso, um tratamento de dados pessoais. Há, contudo, uma questão central que não pode ser ignorada e que é a questão fundamental quando se fala de dados pessoais. Qual é o fundamento legal que legitima a transmissão em direto destas sessões? Após o termo do regime excecional que foi criado durante a pandemia Covid-19, deixou de existir uma norma legal específica que previsse ou que impusesse a transmissão online de reuniões de órgãos autárquicos. Isto significa que não pode ser invocada uma obrigação legal, para justificar esse tratamento de dados pessoais. Significa, igualmente, que não é pacífico sustentar, como se tenta fazer, que a transmissão em direto seja indispensável ao exercício das atribuições da autarquia ou à prossecução do interesse público. Perante esta realidade, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, composta por ilustres juristas, defende que o único fundamento de licitude para o tratamento destes dados é o consentimento e, nos termos da RGPD, o consentimento terá de ser livre, específico, informado e inequívoco e pode ser retirado a qualquer momento pelo respetivo titular. Há ainda uma outra questão que não pode ser ignorada, a da responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais que são resultantes destas transmissões. Nos termos da RGPD, o responsável pelo tratamento é a entidade que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais. Recai sobre o responsável a obrigação de assegurar e, sobretudo, de poder demonstrar que todo o tratamento de dados é efetuado em conformidade com a lei. É necessário garantir que existem procedimentos concretos e eficazes que assegurem o cumprimento das obrigações legalmente impostas. Desde logo, há a obrigação de prestar informação clara aos titulares dos dados sobre a identidade do responsável pelo tratamento, as finalidades da recolha, o fundamento jurídico que a legitima e os prazos de conservação dos dados. Significa também garantir que, quando a legitimidade do tratamento assenta no consentimento, este consentimento é efetivamente recolhido de forma livre, específica, informada e devidamente documentada. Significa ainda assegurar a adoção das medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados recolhidos, prevenir utilizações indevidas e limitar a sua conservação ao período estritamente necessário. Ora, da leitura que fazemos do regulamento, não resulta com a clareza que seria desejável de que forma estas obrigações serão concretamente asseguradas, nem quem responderá pelo seu incumprimento caso venham a ocorrer situações de desconformidade. Bem assim não estão suficientemente claros os meios de reporte. E esta não é uma questão menor, porque ao falarmos de proteção de dados falamos de responsabilidades concretas que

podem gerar consequências jurídicas igualmente concretas. Também por essa razão nos preocupa a possibilidade de utilização das redes sociais ou outras plataformas digitais de terceiros para a transmissão das sessões. A Comissão Nacional de Protecção de Dados tem alertado com alguma regularidade para os riscos que estão associados a estas plataformas, nomeadamente a reutilização dos conteúdos para finalidades distintas daquelas que justificaram a sua recolha e a eventual criação de perfis sobre os utilizadores, tratamentos sobre os quais a freguesia deixa de ter controle efetivo. Por isso defendemos que a transmissão deverá ocorrer única e exclusivamente no site da Junta. E aproveito para congratular que depois da nossa questão colocada na última Assembleia, que o site tenha estado operacional. Reconhecemos também que o regulamento contém aspetos positivos, nomeadamente no que respeita aos prazos de conservação das gravações e à preocupação demonstrada com a segurança dos dados. Mas entendemos que continuam a subsistir dúvidas jurídicas relevantes que mereciam uma reflexão mais aprofundada, reflexão essa que poderia ter acontecido se o trabalho fosse mais participado e envolvesse efetivamente os membros desta Assembleia de Freguesia. A transparência da atividade autárquica é um objetivo que todos os deputados desta Assembleia partilham, mas a transparência não pode ser nunca alcançada à custa da legalidade. A aproximação dos cidadãos às instituições faz-se reforçando a confiança nos órgãos autárquicos e essa confiança constrói-se também através do escrupuloso respeito pela lei e dos direitos fundamentais. É este o compromisso que assumimos perante esta Assembleia e perante os cidadãos que representamos. Muito obrigada a todos. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhora Deputada. Eu folgo em saber que finalmente são a favor da transmissão. Nunca foi tão explícito e nunca ficou demonstrado que eram a favor da transmissão. Uma coisa que me parece é que são a favor da transmissão, mas eu continuo a dizer, desde que ela não se faça. Porque a bancada põe tantas questões e tantas formas de fugir à transmissão pública porque não pode usar imagem, porque não pode transmitir no Facebook, não pode transmitir no Youtube. Diga-me uma coisa, Senhora Deputada, se for transmitido no site da Junta, qual é a garantia que tem de que as imagens não são usadas por terceiros para fins que não sejam os próprios? Qual é a diferença entre transmitir no site da Junta e transmitir no Youtube? É uma questão que eu coloco depois se quiser responder. Além do mais, todas as principais Assembleias de Freguesia do país, desde Lisboa, Porto, inclusive Gaia, fazem as transmissões. Nós fomos eleitos, nós somos titulares de cargos públicos e estamos sujeitos ao escrutínio público dos cidadãos. A Lei nº 75-2013 diz claramente que as Assembleias são públicas. Assembleia sendo pública, nós podemos ser escrutinados, podemos ser gravados, nós não podemos fugir à gravação e não podemos fugir a que essas transmissões sejam feitas. Se reparar, e não deve ter lido bem o regulamento, a transmissão é feita em direto. Não há conservação das imagens. Portanto, finda a Assembleia, acabou. Não há mais disponibilidade das imagens no site da Junta, onde quer que seja transmitido. Portanto, é uma transmissão em direto, diálogo que é público, que está a acontecer em direto, numa Assembleia de Freguesia, ao qual os cidadãos que não podem participar por motivos vários estão em casa, porque não têm mobilidade, também têm direito a ser esclarecidos e a assistir a esse escrutínio público das nossas Assembleias. Eu não vou perder mais tempo aqui a discutir se o RGPD diz que tem de ter consentimento, não tem de ter consentimento. É entendimento que não é necessário consentimento na captação de imagens de titulares de cargos públicos no momento em que está numa Assembleia Pública. Portanto, eu continuo a debater o

mesmo ponto. Não há necessidade de consentimento. Outra coisa seria com o público. E esse sim, o público teria de dar o seu consentimento, que eles não foram eleitos, não exercem cargos públicos. É entendimento da mesa e de uma forma geral dos deputados que ajudaram a elaborar este regulamento, que mesmo com o consentimento informado de um cidadão que viesse aqui, mesmo que ele autorizasse a captação de imagem e a transmissão em direto, fosse expor um problema pessoal e sensível, achamos por bem que não é próprio estar a expor publicamente a vida privada de um cidadão, de um Afuradense. O resto, somos titulares de cargos públicos, estamos sujeitos ao escrutínio do povo. Portanto, não há que ter medo. Vamos avançar. Não estamos aqui a fazer nada de mal. Estamos aqui a lutar pelo bem dos cidadãos da Afurada. Olhe, se quiserem usar a minha imagem para fazer um meme, eu não me importo. Senhora deputada Bruna Rodrigues para o direito de resposta. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Bruna Rodrigues**, interveio nos seguintes termos: Só para esclarecer então, o senhor presidente da mesa da Assembleia de Freguesia, que quem faz esta diferenciação entre as plataformas que são utilizadas não sou apenas eu, é a Comissão Nacional de Proteção de Dados. E é referido que o consentimento não ser exigido é entendimento dos deputados que foram consultados para realizar este regulamento. Os deputados do PS não foram consultados. Mas se calhar o entendimento do órgão interpretativo em matéria de proteção de dados, que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados, seria relevante ter em conta. E da mesma forma que nós assinamos folhas de presença, eu não vejo qualquer impedimento ao bom funcionamento dos trabalhos assinar um consentimento informado no início das sessões. Estamos na mesma página e sempre estivemos quanto à transmissão da imagem e da voz do público. Não somos a favor. Enquanto titulares de cargos públicos, enquanto deputados, estamos sujeitos ao escrutínio público. Também estamos na mesma página nesse sentido. Mas a verdade é que o tratamento de dados pessoais apenas pode existir na conformidade dos fundamentos de licitude e tudo que estão no artigo 6 e no artigo 9 do RGPD. Não há nenhuma disposição legal, por isso não pode ser invocado. O único fundamento legal que nos sobra é o consentimento. Tal como a Comissão Nacional de Proteção de Dados nos vem dizer, e assinar uma folha de consentimento não traz qualquer impedimento a que isto se realize. Por isso eu não vejo qual é a tentativa de deturpar a nossa posição mais uma vez, que está a acontecer, nós voltamos a dizer, nós somos a favor da transmissão, mas no cumprimento da lei. Mas de qualquer forma compreendemos que é mais fácil tentar pôr o ónus da nossa parte do que perceber que estas preocupações são legítimas para garantir direitos fundamentais constitucionalmente protegidos. Mais uma vez, relativamente à conservação dos dados, é facto que não temos como intenção conservar para além do período de transmissão, mas a verdade é que durante o período de transmissão em direto está a haver um período de conservação dos dados e, segundo o RGPD, tem que se especificar qual é o período de conservação dos dados, mesmo que o período de conservação dos dados seja durante a transmissão. Há uma conservação. E também não percebo qual é esta insistência em querer transmitir pelas redes sociais, sendo que já temos um site funcional, pode-se perfeitamente utilizar esse mecanismo para poder dedicar à informação institucional pelo caminho institucional, porque as redes sociais, como sabemos, têm preocupações de privacidade que são bem mais difíceis de contornar e de assegurar que os direitos dos cidadãos estão legitimamente salvaguardados. Posso, para não estar a tomar muito mais tempo, porque sabemos que esta deliberação não nos vai levar a lado nenhum, posso apenas voltar a referir que me reporto à deliberação da

CNPD de 18 de Abril de 2023, que trata exaustivamente desta matéria, por isso posso remeter todas as questões sobre a nossa posição para a posição da CNPD, que foi nela que nos baseamos. Muito obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhora Deputada. Só para informar que a questão das redes sociais e do YouTube, tanto a Câmara do Porto como a Câmara de Gaia têm um site próprio onde fazem as transmissões e as transmissões são feitas simultaneamente no YouTube. Não vejo qual é o problema. É a opinião da Senhora Deputada, a CNPD tem a opinião deles, tanto que não emite uma instrução clara, dá uma ideia de um procedimento a seguir, mas não proíbe a transmissão, aconselha a não transmitir. O que é facto é que é assim, já perdemos muito tempo, só para dar nota de que o canal do YouTube é um canal onde são feitas transmissões de quase todas as câmaras e assembleias de freguesia do país, portanto, a Afurada não é diferente e nós vamos avançar com isso. O Senhor Presidente queria fazer um comentário? Não. Senhora deputada Flávia Remelgado, faça favor. ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Flávia Remelgado**, interveio nos seguintes termos: Apenas acho que é importante esclarecermos que a CNPD é apenas um órgão consultivo, ou seja, não é lei e é verdade, sim, que existem esses pareceres, mas também existem pareceres mais recentes de 2026 que asseguram que existe um entendimento divergente, como até existem nos tribunais, quanto mais na CNPD, que é apenas um órgão meramente consultivo, que os titulares de órgãos públicos não precisam de dar o consentimento. De todas as formas, é entendimento da nossa bancada parlamentar que os requisitos estão integralmente cumpridos, sem prejuízo de que se a CNPD achar que deveríamos de fazer alguma retificação ao regulamento. Posteriormente, com certeza, nós em conjunto aqui na Assembleia, que todos prezamos pela legalidade, iremos fazer esse ajustamento. Obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente, faça favor. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente, não era minha intenção intervir neste ponto, mas como já ouvi aqui esta noite, também não ficava bem com a minha consciência se não tecesse aqui uma outra nota em relação à discussão que acabei de assistir. Em primeiro lugar, o que estamos aqui a falar, claro que temos que respeitar a lei, isso nem está em causa, temos que fazer as coisas de acordo com a lei, mas também devemos aqui assumir, e não ter receio de assumir, que isto foi um compromisso da candidatura vencedora das últimas eleições, cuja população votou maioritariamente nesta candidatura. Ou seja, aquilo que nós estamos aqui a fazer foi sufragado pela população. Ou seja, a população quer que estas Assembleias de freguesia, sejam transmitidas. Ponto. É disto que nós estamos aqui a cumprir, que já, no meu ponto de vista, já poderia, embora respeite a Assembleia e o seu Presidente, mas já poderia estar em vigor. É isto que nós estamos aqui a fazer, cumprir e honrar aquilo que foi a vontade da população. Em segundo lugar, dizer a este Partido Socialista, que eu creio que a deputada que veio aqui falar falou em nome do grupo Partido Socialista, creio, porque na questão do espaço público tenho dúvidas, que tenha falado em nome do grupo. Porque primeiro teve uma posição, depois teve outra, mas, dizer este grupo Partido Socialista, se efetivamente o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal é, assim tão incompetente, é, assim tão "ilegalista", que não faz as coisas como deve ser, para, por exemplo, ser um dos grupos mais impulsionadores na concretização das transmissões das Assembleias Municipais, portanto, se são assim tão maus, se não sabem o que estão

a fazer, porque as Assembleias Municipais já são transmitidas desde a segunda, creio, Assembleia Municipal. E que me conste, nem sequer há regulamento. Houve um entendimento entre os grupos parlamentares, entenderam-se, e concretizaram aquilo que foi uma vontade do Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, eu fico espantado, porque não sei se aquele grupo, ou se as pessoas que estão lá representadas na Assembleia Municipal e no Partido Socialista, são todos maus. Será que são? Mas pior do que isto, é o grupo do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, querer que as sessões sejam transmitidas para o público, querer até, indo mais longe, que as reuniões de Câmara também fossem transmitidas para o público, e como é que nas Assembleias de Freguesia, onde são poder, têm votado contra as transmissões televisivas? Isto não se entende. Quantos partidos socialistas existem em Gaia? Quantos? Qual é o medo das Assembleias serem transmitidas por Facebook, por Youtube? Será que é por receio de quê? Será que é por receio da população ver em direto, em loco, ouvir em direto, em loco, coisas, por exemplo, como já ouvi aqui e vi aqui nesta Assembleia? Será que o receio é esse? Será que o receio é esse? De transmitir publicamente aquilo que se passa aqui? Aquilo que se diz aqui? As barbaridades que se diz aqui? Será que o receio é esse? Será que o receio do Partido Socialista é esse? Portanto, só pode. Só pode ser esse. Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia, saúdo o grupo que suporta, portanto, a maioria aqui representada, em concretizar aquilo que foi um compromisso vosso, meu, nosso. Saúdo. Muito obrigado.
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado Senhor Presidente. Se mais alguém quer intervir? Bruna, faça favor. ----------
A Senhora Membro da Assembleia, **Bruna Rodrigues**, interveio nos seguintes termos: Tentando responder da forma mais sucinta possível ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, é com muito custo que venho aqui mais uma vez responder a comparações feitas com Assembleias, tanto deste município como de outros municípios, sendo que nós estamos constantemente a fugir ao tema, e eu acho que nos deveríamos cingir ao assunto que está a ser discutido, que é o regulamento de transmissão das Assembleias de Freguesia de São Pedro da Afurada. Se o Senhor Presidente quer considerar a competência ou a possível incompetência dos deputados de outras Assembleias, sejam municipais, sejam de freguesia, use os meios próprios, não utilize o tempo dos deputados e os recursos desta Assembleia para o fazer. O Partido Socialista apresentou este sentido, relativamente ao regulamento que foi aqui apresentado, da mesma forma que se identificou no início da tomada de posição sobre o ordenamento de espaço público. Não percebo também qual foi a dúvida relativamente a essa matéria. Penso que as nossas posições têm sido muito claras, por isso peço que continuem a ter as nossas palavras como inequívocas, da mesma forma como nós as estamos a transmitir. Por isso, vamos cingir esta matéria, porque se fosse para fugir ao assunto, também lhe poderia perguntar relativamente ao Executivo da Câmara Municipal, porque é que recusam a transmissão das reuniões também de forma online, como também foi proposto pelo Partido Socialista na Câmara Municipal. Mas não é sobre isso que estamos a falar, por isso eu não vou perguntar. Mas também poderia, se fosse para fugir ao assunto. Por isso peço-lhe que nos cinjamos aos temas que estão a ser deliberados nesta Assembleia e que os deputados sejam tratados com o decoro e com o respeito que merecem nesta Casa da Democracia. Muito obrigada. ----------
O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhora deputada. Mais alguém quer intervir? Não? Passámos então à votação do Regulamento. Portanto, apreciação e deliberação sobre o Regulamento de Captação,

Transmissão e direto das Sessões e Reuniões da Assembleia de Freguesia. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi aprovado por unanimidade. Obrigado. Passamos de seguida ao ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta e da situação financeira nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Dou a palavra ao Executivo, se quiser apresentar. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente, a informação foi entregue aos senhores deputados. Portanto, se houver alguma questão que efetivamente queiram colocar, estou à disposição. Obrigado. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem, obrigado. Alguém quer intervir? ----------

A Senhora Membro da Assembleia, **Maria Elisa Duarte**, interveio nos seguintes termos: Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Junta, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia. Relativamente à informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Junta, gostaria de começar por reconhecer a importância deste instrumento de prestação de contas perante a Assembleia de Freguesia. É através desta informação que os eleitos devem poder acompanhar a atividade do Executivo, conhecer as principais iniciativas desenvolvidas, avaliar os resultados alcançados e exercer as suas competências de fiscalização. Contudo, após a análise do documento, entendemos que este fica aquém desse objetivo. Ao longo de várias páginas encontramos uma descrição detalhada de atendimentos, reuniões, visitas e presenças institucionais, mas aquilo que frequentemente falta é precisamente a informação mais importante. Quais os assuntos tratados? As decisões tomadas? Os resultados obtidos pela freguesia para os seus habitantes? Um dos exemplos mais evidentes pretende-se com o atendimento realizado pelo Senhor Presidente da Junta. O relatório identifica, em vários casos, o dia em que ocorreram os atendimentos e até os nomes das pessoas atendidas. Com todo o respeito, não nos parece que seja essa a informação relevante para esta Assembleia. Aquilo que os membros deste órgão precisam de saber não é quem foi atendido, mas sim quais os problemas apresentados pelos fregueses, quais as preocupações mais recorrentes da população, que respostas foram dadas e que diligências foram efetuadas pelo Executivo. Mais ainda, suscita-nos dúvidas, a identificação nominal de cidadãos neste documento. Não é evidente qual o interesse público que justifica a divulgação dos nomes de pessoas que recorreram aos serviços da Junta de Freguesia. Pelo contrário esta prática levanta legítimas questões relacionadas com a proteção de dados pessoais e com os princípios da necessidade de minimização de dados previstos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Desconhecemos se foi obtido o consentimento expresso destas pessoas para que os seus nomes constassem neste relatório e fossem divulgados no âmbito dos trabalhos da Assembleia. Em nosso entender, a informação prestada poderia cumprir integralmente os seus objetivos sem qualquer identificação dos cidadãos envolvidos, protegendo a sua privacidade, concentrando-se naquilo que verdadeiramente interessa, os assuntos tratados e as respostas encontradas. Também relativamente às reuniões e encontros institucionais referidos ao longo do documento, sentimos falta de informação substantiva. São mencionadas diversas reuniões com entidades externas. Representantes institucionais e outros organismos. Mas a Assembleia fica sem saber quais foram os assuntos discutidos, quais os objetivos destas reuniões e, sobretudo, quais os resultados concretos destas para a freguesia. Por exemplo, é referida a realização de uma reunião extraordinária do Executivo. Sendo uma reunião extraordinária naturalmente convocada

para a apreciação de matérias específicas, importa perguntar que assuntos foram tratados, que decisões foram tomadas, que consequências tiveram para a atividade da Junta. Da mesma forma, são referidas várias reuniões com diferentes identidades, mas sem qualquer indicação sobre os temas abordados ou os benefícios concretos resultantes destas iniciativas. Uma informação sobre a atividade do Executivo não se deve limitar a dizer onde esteve, e com quem se reuniu. Deve explicar para que se reuniu, o que foi discutido e quais os resultados alcançados. Outro aspeto que merece esclarecimento prende-se com o Bairro do Cavaco. O relatório faz referência a visitas e atendimentos realizados naquele local. E aqui colocamos algumas questões objetivas. Quando o Senhor Presidente se deslocou ao Bairro do Cavaco, qual foi o objetivo desta visita? Que problemas foram identificados? Que diligências foram desencadeadas na sequência da deslocação? Que resultados concretos foram alcançados para os moradores? Relativamente aos atendimentos realizados no Bairro do Cavaco, gostaríamos igualmente de perceber melhor o seu enquadramento. Onde decorrem concretamente esses atendimentos? Com que periocidade? Ao abrigo de que modelo de funcionamento? Existe algum protocolo celebrado para esse efeito? Existem cargos ou contrapartidas associadas? Que recursos da Junta são utilizados? Quantos atendimentos foram realizados e quais os principais assuntos tratados? Estas são informações que consideramos relevantes para que a Assembleia possa compreender a utilidade, o alcance e o impacto desta iniciativa. Senhor Presidente, a nossa preocupação não é a quantidade de atividade descrita no relatório. É a qualidade de informação disponibilizada. A Assembleia de Freguesia não necessita de uma agenda detalhada de presenças, deslocações ou reuniões. Necessita de informação que lhe permita avaliar a ação do Executivo, perceber quais os problemas identificados, conhecer as soluções encontradas e medir os resultados alcançados. Mais importante do que saber quem foi recebido, onde se esteve ou com quem se reuniu, é saber o que foi feito em benefício da população. Por isso, deixamos o apelo para que futuras informações escritas privilegiem uma lógica de verdadeira prestação de contas, assente em objetivos, medidas concretas, resultados obtidos e impacto na vida dos fregueses. Só dessa forma, este documento cumprirá plenamente a sua função e permitirá a esta Assembleia exercer de forma eficaz as competências de que a lei lhe atribuiu. Muito obrigada. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado. Senhor Bruno Vilas Boas, faça favor. ----------

O Senhor Membro da Assembleia, **Bruno Vilas Boas**, interveio nos seguintes termos: Boa noite a todos, novamente, antes de passar ao ponto principal a que se deve esta minha intervenção, não gostaria de deixar passar a oportunidade de analisar todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo executivo e que está espelhado na informação escrita pelo Senhor Presidente, mais do que o detalhe, que também já foi referido aqui pela deputada anterior, está aos olhos vistos as coisas que têm sido feitas, quer por divulgações nas redes sociais, quer por andar pelas ruas e perceber o que é que tem sido efetivamente feito. E posso detalhar aqui situações como a melhoria e a manutenção de diversos espaços públicos, foram realizados diversos trabalhos de limpeza, alguns deles em locais que já não eram há anos feitas qualquer intervenção. Obras também em infraestruturas, posso dar a título de exemplo a requalificação do pavimento da Rua Abílio de Azevedo, a reparação das escadas do Porto Pesca, a resolução de um problema antigo do encaminhamento de uma da mina de águas junto à igreja da Rua de São Pedro, a resolução do problema das águas pluviais, etc., eu podia estar aqui a referir tudo, mas acho que não vale a pena, tivemos acesso a essa informação, portanto, todos tiveram a oportunidade

de a ver. Também queria aproveitar esta oportunidade na área da educação e da ação social, alguns trabalhos foram feitos, desde a participação no Dia de Família com a Escola da Afurada de Cima, uma organização também de algo que foi bastante interessante do nosso ponto de vista, que tem a ver com a visita de estudo, que foi intitulada Uma Volta pela Afurada, com os alunos das escolas da Freguesia, e a retoma também do Programa de Atividades Físicas Sénior. Bem, e para além disto, e que é um ponto que nós particularmente enfatizamos por ser uma completa quebra com o que era o "modus operandi" do anterior Executivo, é efetivamente a comunicação e a divulgação das atividades do mesmo. Isso é bastante importante para nós, deputados, para todos os moradores, perceber efetivamente o que tem sido feito. Algumas coisas são evidentes, outras podem ser não tanto, porque é feito numa segunda linha, mas essa comunicação é completamente diferente do que vinha a ser feito. Portanto, nesse sentido, gostaríamos de deixar aqui claro, a nossa congratulação pelo trabalho e esforço que tem sido feito em prol da nossa Freguesia. Porque independentemente, se estivermos a falar de poder local, mais numa estratégia de esquerda, numa estratégia de direita, o que interessa é o verdadeiro foco na população, ser a primeira linha de suporte para todas estas pessoas. E acho que isso, em muitas situações, tem sido feito de uma forma bastante positiva. Bem, mas relativamente ao que me traz aqui, que é a situação financeira, que está descrita na última página deste documento. Queria fazer aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, e porventura mais importante, é fazer uma avaliação à situação atual de tesouraria, que é nos apresentada no próprio documento. Reparamos que teve uma melhoria substancial. Passou, veja-se, num período inicial, de um valor a descoberto de mais 6.700 euros, apesar de haver também um encaixe de 2.300 euros, para uma situação global, à data de 12 de junho, foi o documento que nos chegou, uma situação global positiva de cerca de 1.705 euros. De facto, há aqui uma melhoria que não posso deixar de assinalar. Isto é de facto um sinal bastante positivo, no que diz respeito à situação estritamente financeira, e que aproveito desde já para mostrar o nosso apreço pelo trabalho do executivo, por ter conseguido gerir esta situação, que foi, sem sombra de dúvida, uma das mais sensíveis que herdou do anterior executivo. Mas penso, por outro lado, ou pensamos, que é igualmente importante perceber o panorama geral. Isto é, a solvabilidade e a robustez desta situação. Uma coisa é apresentar estes sinais positivos, que são obviamente importantes, mas o que nos deve também preocupar é perceber se esta situação tem bases para se manter estável. Nesse sentido, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, quais são as perspetivas, no curto prazo, quanto à consistência desta situação favorável. Porque presumimos que a nível de gastos não esteja a prever grandes discrepâncias do que foi já orçamentado, portanto, manter-se-á mais ou menos equilibrado, mas do lado da receita tem assegurado os montantes suficientes que permitam manter a gestão de tesouraria controlada nos próximos tempos? E, entenda-se estes próximos tempos, os próximos meses que aí vêm. Obrigado. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Obrigado Bruno. Senhor Presidente para responder. ----------

O Senhor **Presidente da Junta** interveio nos seguintes termos: Muito obrigado, Senhor Presidente. Começava por esta última intervenção do Deputado Bruno Vilas Boas, em que refere aqui, portanto, aquilo que em prática, em suma, para os mais atentos, redes sociais, mas atentos ao vivo e a cores, retrata aqui o que efetivamente tem sido o trabalho deste Executivo. Depois dizer que, no que diz respeito à questão que refere aqui da parte financeira, de facto, nós saímos, como sabe, duma União de freguesia. Voltamos,

portanto, a caminhar sozinhos. Este período tem sido difícil. Tende a estabilizar. Por exemplo, foi aprovado na última Assembleia Municipal a delegação das competências para as freguesias, porque até Abril fomos altamente penalizados, porque a divisão que fizeram foi a que foi. Portanto, só para ter uma ideia, esta nova delegação de competências aumenta em cerca de 50% a receita. Portanto, para ver o quanto fomos penalizados, e por isso é a minha convicção, e os números apresentam isso, que agora, tendo isto resolvido, e outras situações que a seu tempo iremos informar esta Assembleia, vamos normalizar e, de alguma forma, ter aqui alguma capacidade para investir. Não esquecendo só uma nota. Neste período de oito meses, estamos também a pagar a dívida que herdamos no passado. Temos cumprido, portanto, aquilo que foi a dívida que nos deixaram e que negociamos e que estamos a pagar. Portanto, estamos a caminhar novamente, sozinhos. Acho que a Afurada, só agora é que começou, sob o ponto de vista, daqui de algumas coisas que porventura vão acontecer. Portanto, eu espero que daqui a alguns meses ou anos até, possamos ter uma freguesia que nos permita ter uma receita para poder fazer os investimentos que necessitamos fazer. Relativamente à intervenção da deputada Maria Elisa do Partido Socialista, como apenas e só teceu considerações, da forma como foi a informação apresentada e feita, elaborada e tratada, fico-me por aqui. Não tenho nada a acrescentar, nem nada mais a dizer. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem. Alguém quer acrescentar alguma coisa? Não? Assim sendo, este ponto 3.3, não é objeto de deliberação, porque se trata de matéria informativa. Portanto, a Assembleia tomou conhecimento e apreciou a informação apresentada. Eu vou pedir cinco minutinhos, se calhar nem tanto, para aqui a Senhora Sofia do Mar finalizar a minuta da ata... Peço então um minuto de atenção, só para ouvirmos a minuta da ata. ----------

A Senhora Primeira Secretária da Mesa em exercício, Sofia do Mar, interveio para a leitura da minuta da ata. ----------

Minuta da ata. Sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, 18 de junho de 2026. Realizada no Auditório Francisco Crista, no edifício da Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada. Hora de abertura, 21 horas e 6 minutos. Estiveram presentes os membros da Assembleia conforme folha de presenças anexa. Foi anunciado o pedido de suspensão do mandato da eleita pela coligação Gaia Sempre na Frente, a senhora Ana Brito, que foi substituída pelo eleito, o senhor José Pinto. Foi também anunciado o pedido de suspensão do eleito pelo Partido Socialista, o senhor Francisco Moreira, que foi substituído pela eleita, a senhora Bruna Rodrigues. Presidiu a reunião o Presidente da Assembleia de Freguesia, João Paulo da Silva Neto. Em virtude do pedido de suspensão temporária do mandato da senhora primeira secretária, Ana João Machado Brito, pelo período de 15 dias, assumiu o exercício das funções de primeira secretária da mesa, a senhora segunda-secretária, Sofia da Conceição Correia do Mar, para completar a mesa, o Presidente da Assembleia convidou o eleito José Pinto, que passou a exercer, em substituição, as funções de segundo-secretário nos termos do número 2 do artigo 12º do regimento. Do executivo da Junta estiveram presentes o Presidente Eduardo José Moreira de Matos, a Secretária Diana Cristina Pereira Gomes e Silva Guimarães, e o Tesoureiro António Francisco da Silva Marques. Ordem de Trabalhos, Ponto 1 - Intervenção do Público. Intervieram os seguintes cidadãos, Ana Cristina Santos, Maria de Lurdes Remelgado e Fernando Ferreira. Ponto 2 - Período antes da ordem do dia. Foram lidos o expediente, os convites e presenças dos membros da mesa da Assembleia. Intervieram os membros da Assembleia, Flávia Remelgado, Maria Elisa Duarte, Pedro Fernandes, Bruno Vilas Boas,

Margarida Ferreira e Sofia do Mar. Flávia Remelgado e Maria Elisa Duarte apresentaram dois votos de congratulação às Marchas da Afurada 2026. Maria Elisa Duarte apresentou um voto de congratulação pelo 91º aniversário do Rancho Folclórico da Afurada e o Bruno Vilas Boas apresentou uma proposta de moção sobre o reordenamento do espaço público. O senhor presidente da junta respondeu a todas as intervenções e pedidos de esclarecimento. Votação das propostas e moções apresentadas. Proposta de voto de congratulação pelo desempenho da Marcha da Afurada nas Marchas de São João Vila Nova de Gaia, apresentada pela bancada parlamentar da Coligação Gaia Sempre Na Frente, aprovada por unanimidade. O Executivo pediu para se associar a este voto de congratulação. Proposta de voto da congratulação pelo desempenho da Marcha da Afurada nas Marchas de São João Vila Nova de Gaia, apresentada pela bancada parlamentar do Partido Socialista, aprovada por unanimidade. Proposta de voto de congratulação pelo 91º aniversário do Rancho Folclórico da Afurada, pela bancada parlamentar do Partido Socialista, aprovada por unanimidade. Moção pelo Reordenamento do Espaço Público e Salvaguarda dos Direitos dos Cidadãos da Afurada, apresentada pela bancada parlamentar da coligação Gaia Sempre na Frente, aprovada por unanimidade com declaração de voto por parte do Partido Socialista. Ponto 3 - Período da Ordem do Dia. Ponto 3.1. Aprovação da ata da sessão anterior. Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão anterior, realizada em 28 de abril de 2026. Os membros da Assembleia, Bruno Vilas Boas, Margarida Ferreira e Bruna Rodrigues, por não terem estado presentes na referida sessão, não participaram na votação da ata nos termos aplicáveis. Não se registaram intervenções. Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação, os eleitos ausentes na sessão a que a ata respeita. Ponto 3.2. Apreciação e deliberação sobre o regulamento da Captação e Transmissão em Direto das Sessões e Reuniões da Assembleia de Freguesia. O Senhor Presidente da Assembleia fez uma breve intervenção acerca deste ponto. Intervieram os membros da Assembleia, Bruna Rodrigues, Flávia Remelgado e o Senhor Presidente do Executivo, Senhor Eduardo Matos. O Senhor Presidente da Assembleia respondeu e esclareceu todas as dúvidas levantadas pelos membros da assembleia. Finda a discussão, foi o Ponto 3.2 submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Ponto 3.3. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta e da situação financeira dos termos da alínea E, do número 2 do artigo 9 da Lei nº 75-2013, de 12 de setembro. Procedeu-se à apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da Junta e a situação financeira da Freguesia nos termos legais, tendo a mesma sido apresentada pelo Senhor Presidente da Junta. Intervieram os seguintes membros da Assembleia, Maria Elisa Duarte e Bruno Vilas Boas. O Senhor Presidente respondeu e esclareceu as dúvidas levantadas pelos Senhores Membros da Assembleia. Não foi o Ponto 3.3 objeto de deliberação por se tratar de matéria informativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Ordem do Dia, tendo sido interrompidos os trabalhos para efeitos de elaboração da minuta da ata. Retomados os trabalhos, a minuta da ata foi lida por mim, Sofia da Conceição Correia do Mar, que me encontro a exercer, em substituição, as funções da 1ª Secretária da Mesa. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia** interveio nos seguintes termos: Muito bem, concluída a leitura da ata, eu pergunto se alguém quer intervir? Não? Vou colocá-la então de imediato a votação. Quem vota a favor? Foi aprovada por unanimidade. Sendo assim, eu dou por encerrada a sessão. São, neste momento, 23 horas e 14 minutos. Nada

mais há a tratar, está encerrada esta sessão. Eu queria agradecer a presença do público. Queria agradecer a todos os membros eleitos. Queria agradecer também ao Executivo. E deixar uma palavra de agradecimento à Dona Fernanda e à Fátima, que nos ajudaram no apoio administrativo, tanto na preparação como durante esta Assembleia. Agradecer à Mesa, à Secretária, à Sofia e ao José Pinto pela ajuda que deram e declarar encerrada a sessão. Muito obrigado. E um bom São Pedro para todos. Obrigado. ----------
---

O Presidente da Assembleia de Freguesia

João Paulo da Silva Neto

A 1ª Secretária da mesa da Assembleia
(em exercício)

Sofia da Conceição Correia do Mar

O 2º Secretário da mesa da Assembleia
(em exercício)

José António Rodrigues Ferreira Pinto

